

As Origens da Ordem Militar dos Hospitalários

Bruno Mosconi Ruy

Resumo: Essa comunicação tem por objetivo tratar das especificidades da dinâmica das atividades religiosas, assistenciais e militares da Ordem dos Hospitalários, bem como traçar uma breve explanação das procedências dessa Ordem, de seu contexto, de seus pioneiros e dos eventos basilares de seu desenvolvimento, constituição e afirmação. Embora seja anterior à Primeira Cruzada, a Ordem do Hospital foi dinamizada para auxiliar os milhares de peregrinos feridos e doentes ao longo do caminho à Terra Santa, principalmente durante o século XI. A construção dos primeiros hospícios ou hospitais foi estimulada pela generosidade e pela insistência dos fiéis e só foi alcançada através da assistência principesca (DEMURGER, 2002, p. 27-28). No ano de 865, relatos de Bernardo, o Monge, indicam que tenha sido recebido no hospício do imperador Carlos Magno, reconhecido por acolher peregrinos devotos e de língua romana. As origens assistencialistas da Ordem, portanto, confundem-se à história da própria peregrinação, e a legitimidade de sua atividade caritativa não raramente é buscada em textos bíblicos e através do reconhecimento papal. Esse movimento de reforma e conturbação religiosa estimulou o surgimento de muitas casas contemplativas, com ênfase na capacidade de proporcionar condições mais dignas a quem quer que lhes clamasse por ajuda (NICHOLSON, 2001, p. 1-4). A vocação militar do Hospital não foi admitida em facilidade – principalmente quando debatida no âmbito religioso. Desenvolveu-se gradativamente, através de doações e como uma extensão da assistência prestada aos necessitados e, por volta do século XIII, quando a belicosidade da Terra Santa tornou-se óbvia a todas as esferas administrativas, amadureceu como foco principal de sua atividade, assegurando o seu prestígio, influência e viabilidade econômica (GARCÍA et al., 1991, p. 25-37). Seu conceito permaneceu inquestionável, e a ela era reservada a liderança de muitos processos de reconquista da santidade que há tanto tempo lutava para proteger. A guarda dos castelos surge como um argumento contundente a essa afirmação. Em 1136, o rei de Jerusalém confiou a proteção do castelo de Bethgibelin, aos Hospitalários e, em 1142, o conde de Trípoli lhes doou o castelo do Crac. Tornou-se característica do Hospital ser solicitado a participar da defesa do reino (GARCÍA-GUIJARROS RAMOS, 1998, p. 293-296). Outras evidências sugerem o caráter militarizado da ordem, como seu envolvimento em divisões de espólios com o Conde de Trípoli entre 1142 e 1144. Seja como for, seu Estatuto de 1181 é o primeiro documento a incluir o termo "irmãos de armas" e dispor a primeira menção oficial e específica à sua atividade bélica, prevendo um dia dividido em orações e discussões acerca de assuntos religiosos, e exercícios de recreação, manutenção física, trabalho e treinamento marcial. Ao longo do milênio, os Hospitalários tornaram-se exemplos práticos de profunda adaptabilidade organizacional. Sua história é a marca do ajuste à finalidade da realidade geopolítica e espiritual em que se encontravam. Em contraste com a Ordem dos Templários, foi a eficácia com a qual a Ordem do Hospital comprometeu-se presentemente à sua missão que a tornou muito mais dinâmica, e não apenas a sua pompa ancestral.

Palavras-chave: Idade Média, Ordem Militar, Hospitalários.

1. O Hospital como instituição assistencialista

Os primeiros cristãos possuíam pontos de vista extremamente divergentes sobre o conceito de “violência”, porquanto o próprio Cristo teria dito que viver pela espada implica em perecer pela espada (Mt, 26, 52). Em meados do século III, o bispo Tertuliano registrou – ainda que sem boas impressões - que os cristãos naturalmente empregavam a luta em defesa de seus ideais. Dois séculos mais tarde, Agostinho, então bispo de Hipona, argumentou que determinadas circunstâncias justificavam o recurso da guerra, tornando-a aceitável – muitas vezes imprescindível.

Durante as primeiras cruzadas, àqueles que lutavam em nome do Deus cristão era prometida a remissão de pecados e admissão imediata no reino dos Céus, na eventualidade da morte em combate. Aos irmãos das ordens militares, eram garantidos os mesmos benefícios. É seguro dizer que, entre peregrinos e ordenados, o título “Cavaleiros de Cristo”, inicialmente atribuído a monges, popularizou-se. Para que tratemos especificamente da dinâmica das atividades religiosas, assistenciais e militares da Ordem dos Hospitalários, é imprescindível que façamos uma breve explanação das procedências dessa Ordem, de seu contexto, de seus pioneiros e dos eventos basilares de seu desenvolvimento, constituição e afirmação.

Segundo Alain Demurger, a construção dos primeiros hospícios ou hospitais foi estimulada pela generosidade e pela insistência dos fiéis e só foi alcançada através da assistência principesca (DEMURGER, 2002, p. 27-28). Em meados do século VI, o Patriarca de Alexandria, João Esmoler, tinha criado e equipado inúmeras destas instituições. De acordo com o pesquisador Harrison Smith, ele auxiliou os pobres e aconselhou a todos aqueles que se abrigavam em seus domínios. Para João, não havia insignificância em qualquer pedido de caridade. Após o saque de Jerusalém, em 614, ele também prestou ajuda aos refugiados e enviou grandes quantidades de recursos para o alívio da cidade. Ao raio da ameaça egípcia, Esmoler retirou-se para o local de seu nascimento, em Chipre, onde morreu em novembro de 619 (SMITH, 1977, p.11).

Depois de ter sido convertida ao cristianismo, a Imperatriz Helena - mãe do Imperador Constantino - decidiu iniciar uma jornada ao Calvário, determinada a encontrar todas as relíquias da Paixão de Cristo, em meados do século IV. Após descobrir sua localização, o Imperador Constantino ordenou a construção da Igreja do Santo Sepulcro em suas adjacências. Não tardou para que um fluxo constante de peregrinos tentasse visitar as cenas da vida terrena de seu Senhor. No ano de 865, relatos de Bernardo, o Monge, e de seus companheiros de viagem, indicam que tenham sido recebidos no hospício do imperador Carlos Magno, vizinho de uma igreja dedicada a Santa Maria, reconhecido por acolher peregrinos devotos e de língua romana. Construído nos arredores do Santo Sepulcro sob a concordância do califa Harum al-Rachid e sob constante vigilância imperial, este hospício contava com campos, jardins, bibliotecas e mais de uma dezena de casas, e nos seus arredores viria a se consolidar a militarização das Ordens.

Após a conquista muçulmana da Terra Santa, em 1023, os cristãos latinos mantiveram o direito de continuar em Jerusalém. No ano de 1027, o bizantino Constantino VIII firmou um acordo diplomático com o califado fatímida, que o permitiu restaurar as igrejas destruídas entre os anos de 985 e 1021, na época do califa al-Hakim. Sob os cuidados do império bizantino, a reconstrução dessas igrejas provocou um enorme afluxo de gregos a Jerusalém, sobretudo, movidos por interesses comerciais. De acordo com David Nicolle, entre 1048 e 1063, mercadores amalfitanos incumbiram-se da construção do primeiro hospital bizantino nos arredores do Santo Sepulcro.

Amalfi, então um distrito italiano, desenvolveu-se em uma importante república e somente assim adquiriu a capacidade para liderar a frente de restauração física e institucional dos edifícios latinos. A Igreja de Santa Maria Latina foi reconstruída com um mosteiro beneditino ligado a ela e, em honra aos esforços de São João Esmoler, os próprios beneditinos fundaram outro albergue para peregrinos, reformando-o e ampliando-o durante a década de 1070. Ao contrário da maioria dos hospitais latinos no Oriente Médio Islâmico, esse complexo duraria por muito tempo, e tornar-se-ia muito conhecido. Essa reputação seria suficientemente forte a ponto de ofuscar a popularidade da ortodoxia imposta pela igreja tradicional do Santo Sepulcro (NICOLLE, 2008, p. 14).

Segundo Helen Nicholson, instituições como essas se tornaram comuns na Europa em meados do século XI. Esse movimento de reforma e conturbação religiosa estimulou o surgimento de muitos movimentos monásticos radicais, e uma multiplicidade de casas contemplativas com os mais sortidos propósitos, povoadas por indivíduos com variados níveis de fé e devoção. Entre eles destacavam-se eremitas, padres que viviam em grupos, anacoretas e idosos e crianças das mais diversas localidades, que garantiriam aos futuros hospitais de Jerusalém uma flexibilidade e um alto nível de adaptabilidade religiosa, com ênfase não apenas na espiritualidade, mas também na capacidade de proporcionar condições mais dignas a quem quer que lhes clamasse por ajuda (NICHOLSON, 2001, p. 1-4).

A década entre 1070 e 1080 marcou uma aceleração nesse processo de adaptação e restauração. Os amalfitanos acrescentaram à igreja e ao mosteiro de Santa Maria um oratório feminino, dedicado à Santa Maria Madalena e, no ano de 1102, um mosteiro feminino sob o nome de Santa Maria Grande. A despeito do conforto oferecido e das dimensões absolutamente amplas do lugar, logo o complexo não bastou para alojar o grande fluxo de peregrinos, o que estimulou a construção de um hospital cuja capela foi objetivamente dedicada a São João Esmoler. O monacato confiou a gerência do Hospital a um leigo, irmão Gerardo, lembrado em muitas crônicas medievais como um homem pio e venerável, tendo ele mesmo sofrido na pele os horrores do barbarismo (NICHOLSON, 2001, p. 4-5).

Antes da conquista de Jerusalém pelos cruzados, e já imerso na realidade de uma cidade completamente sitiada, Gerardo foi torturado e banido de seus domínios por parte das forças muçulmanas. Com a chegada dos cruzados e a posterior retomada de Jerusalém, Gerardo convenceu o novo governo a regulamentar toda e qualquer doação ao Hospital, colocando-as em prioridade. Com a exponenciação de doações e ampliação de atividades, o duque Godofredo, governante de Jerusalém, permitiu a separação do Hospital do Convento Beneditino em 1099, e os institucionalizou em uma de suas próprias mansões. A partir deste momento, os irmãos independentes dos beneditinos passaram a ser oficialmente conhecidos como "Hospitalários".

De acordo com os estudos de Desmond Seward, o aumento no número de peregrinos estimulou o Hospital e seu convento a reorganizarem-se, adotando a Regra agostiniana (SEWARD, 1972, p. 21). Ao lado de Gerardo e sob sua tutela serviam outros leigos com uma vida religiosa, mas sem serem monges, tendo status de confrades ou de conversos no caso dos mais modestos. Ao despontar das primeiras Cruzadas, a hierarquia religiosa pediu para que Gerardo não se deslocasse de seu posto no momento do cerco da cidade, e embora existam lacunas históricas acerca deste período, foi ele quem administrou o Hospital depois de 1099.

Após a tomada de Jerusalém, Pascoal II postulou a bula *Pie postulatio voluntatis*, que reconheceu os hospícios como estabelecimentos independentes, colocados diretamente sob a proteção do Papa. Essa bula, de 1113, criava uma ordem internacional filiando a ela todos os hospitais criados na Europa. Neste contexto, Gerardo foi capaz de erguer um novo hospital, ainda maior, adquirindo a igreja vizinha de São João Batista ao também libertar o

estabelecimento da tutela beneditina. Segundo Florencio Huerta Garcia, a Ordem passou a se beneficiar com a generosidade de muitos cavaleiros e nobres, e já começava a acumular propriedades na França, Itália e Espanha (GARCIA et al., 1991, p. 25-37)

Em posse destes bens, o Hospital iniciou o estabelecimento de diversas casas de assistência espalhadas por locais estratégicos da Europa, sobretudo ao longo das rotas de peregrinação. Na alvorada do sucesso da primeira Cruzada, o Hospital de São João recebeu ainda mais doações dos cruzados já estabelecidos nas terras conquistadas do Oriente, bem como de anônimos por toda a Europa, cuja ambição em auxiliar a Ordem se justificava pelo anseio em purificar a alma dos pecados terrenos. Esse enorme e constante fluxo de terras e riquezas iniciais contribuiria substancialmente para a consolidação da independência hospitalária, livrando-a dos laços econômicos que de certa forma ainda atavam a Ordem às antigas instituições que a suportaram.

Gerardo morreu em 1118. Seu sucessor, o francês Raimundo de Le Puy, alterou fundamentalmente o direcionamento da Ordem, que até então possuía apenas desígnios caritativos. Mais cedo, no mesmo ano um cavaleiro de Champagne, Hugo de Payns persuadiu o Rei Balduíno I a permitir a criação de uma ordem monástica militar sob a Regra de São Bento. Sua primeira tarefa seria a de manter livre de invasores a estrada para Jerusalém, tendo sua sede disposta em uma ala do Palácio Real na área do Templo. A Ordem adotou o título de "Os Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão", posteriormente renomada e popularmente reconhecida como a "Ordem dos Templários" (SEWARD, 1972, p. 20-22).

Quase simultaneamente, os Templários também se tornaram independentes dos beneditinos, sobretudo através da pesada influência de São Bernardo de Claraval. Foi São Bernardo, uma das figuras internacionais mais influentes da época, que forneceu a justificativa teológica para todas as Ordens militares. Ele esteve presente no Concílio de Troyes, quando a Ordem do Templo recebeu a aprovação oficial da Igreja, e Hugo de Payns, o primeiro mestre dos Templários, recorreu a ele para escrever um sermão encorajador aos cavaleiros.

Bernardo eventualmente lhes escreveu uma carta em louvor, declarando que os irmãos desejavam morrer por Cristo na eterna jornada contra os infiéis. Matar por Cristo era um "malecídio", não um homicídio, e tal doutrina seria abraçada e contemplada por séculos. Tratava-se, portanto, do extermínio do mal, e não propriamente de assassinatos infundados. Matar um pagão era conquistar a glória eterna em Cristo, e para Cristo. Morrer em batalha, por sua vez, viria a imortalizar a vítima como um mártir, e os Céus jamais recusariam uma alma em martírio.

2. A militarização dos Hospitalários

A carta de Bernardo circulou amplamente, e seu argumento parece ter sido adotado por muitos outros escritores, pensadores e líderes contemporâneos. Raimundo de Le Puy seguiu o exemplo dos Templários, e uma inspiração militar foi cirurgicamente "enxertada" nos Hospitalários. Há evidências de que leigos doadores preferiam apoiar o envolvimento militar na defesa da Terra Santa ao invés de prezar pelo zelo a doentes e feridos. A origem da militarização da Ordem pode ter sido, ao menos em parte, uma resposta direta a esta preferência. Ao mesmo tempo, Raimundo de Le Puy tentava reforçar o seu propósito pacífico, oficialmente acrescentando o cuidado dos doentes aos deveres assistencialistas de albergues de peregrinos e cruzados.

No intuito de adequar tais modificações à dinâmica do cenário, Raimundo de Le Puy alterou profundamente a Regra da Ordem, em consonância com a Constituição dos Cavaleiros do Templo (SEWARD, 1972, p. 30). Neste ínterim, e quase imperceptivelmente, o patronato de João Esmoler foi substituído pela proteção de São João Batista. É provável que tenha existido uma ligação direta entre a construção de novos hospitais, a ruptura com os beneditinos e a mudança de padroeiro, pois São João Batista era seguramente mais prestigiado e conhecido entre os peregrinos ocidentais. A mudança de patrocínio também pode ser justificada pelo fato de que em algum momento a Ordem incorporou às suas fundações um antigo mosteiro grego das adjacências da Igreja de São João Batista. Não obstante, a Ordem manteve alguma ligação com São João Esmoler e, talvez a título de compensação, não alterou o patronato no Priorado de Constantinopla até 1259.

Tudo é coerente com o fato dos Hospitalários se encontrarem na órbita do Santo Sepulcro. Até o ano de 1114, os cônegos do Sepulcro eram seculares. Sua relação com os irmãos do Hospital de Gerardo não era de dependência. Os Hospitalários eram leigos, e até 1099 seguiram os ofícios religiosos do monacato de Santa Maria. Durante a década de 1100, solicitaram aos cônegos do Santo Sepulcro permissão para celebrar ofícios religiosos na sua recém estruturada igreja de São João Esmoler/Batista. No mesmo movimento, os Hospitalários teriam abandonado grande parcela da Regra de Santo Agostinho, integrando a parte remanescente à realidade de homens de armas, que à altura já circundavam o Santo Sepulcro formando uma espécie de coligação de leigos associada aos cônegos.

Ainda não se tratava de uma Ordem Militar, portanto, e sim de cavaleiros assumindo papéis de protetores, tal qual já faziam em Roma. Todos esses cavaleiros estavam sob a vigilância e tutela do prior, e é provável que dentre eles destacaram-se os primeiros Templários. Durante este processo de “conversão” e acomodação de atividades, Bernardo de Claraval também desempenhou um papel extremamente importante na refutação das acusações de que os irmãos originalmente eram assassinos impiedosos, ou de que apoiavam criminosos. Algumas dessas acusações ganharam força em abadias como a de Cluny, uma antiga, poderosa e influente instituição beneditina na Borgonha. Cluny estava orgulhosa de sua tradição e, não surpreendentemente, Pedro, o Venerável, um de seus abades, opôs-se fervorosamente a essa onda inovadora e radical. Em sua opinião, as Ordens não empregavam monges, e sua atuação não era mais importante do que aquela que a própria abadia desempenhava na Borgonha.

A despeito de onde partiam essas críticas, seu impacto não ecoou. Acerca disso, escreveram Guilherme de Tiro (1130-1186), Tiago de Vitry (1160/70-1240), e Ernoul, cujo texto é apresentado na crônica de Bernardo Tesoureiro redigida nas primeiras décadas do século XIII. Tiago de Vitry, bispo de Acre entre os anos de 1216 e 1228, condenava os argumentos amenizadores e pacifistas, defendendo que foi pelo temor às ordens militares que os muçulmanos e hereges não devastaram toda a Igreja. Guilherme de Tiro descreveu Raimundo de Le Puy, mestre do Hospital entre 1120 e 1160, como um homem absolutamente religioso e temeroso a Deus.

Depois que o reino de Jerusalém foi estabelecido, no ano de 1100, a dinâmica do hospital de Jerusalém gradativamente tornou-se mais francesa do que italiana, e mais bélica conforme a caridosa herança amalfitana de seus fundadores desaparecia. De acordo com Ernoul, o grupo fundador da Ordem do Templo saiu deste círculo de cavaleiros e recebeu soldo dos cônegos para ficar a seu serviço. Neste grupo, muito provavelmente figurava Hugo de Payns ao lado de Godofredo de Saint-Omer, contestando a tutela dos cônegos e almejando o combate armado.

Portanto, sob a aprovação do prior do Sepulcro e do rei, esse grupo de cavaleiros formou uma coligação independente dos hospitais, seus antigos alojadores, contudo sem abandonar seus votos monásticos de castidade, pobreza e obediência e sem rescindir a promessa de proteger os peregrinos e defender a Terra Santa por meio das armas. Neste contexto, é possível determinar o nascimento de três ordens religiosas, cada qual especializada em um papel específico: litúrgico para os cônegos (em 1114), beneficente para os Hospitalários (em 1113) e militar para os Templários (entre 1120 e 1129). Um elo direto com o sistema Islâmico dos *ribats*, onde voluntário muçulmano passava determinados períodos de tempo em oração e serviço militar, defendendo as fronteiras do mundo Islâmico (NICOLLE, 2008, p. 18).

Tanto Hospitalários quanto Templários, embora independentes e sujeitos apenas à jurisdição do Papa, contaram com o apoio integral de Balduíno II, que sucedeu seu primo. Eles forneciam aquilo que o reino mais precisava: uma fonte regular de soldados treinados e disciplinados. Contudo, como a Ordem do Templo provavelmente foi a primeira Ordem religioso-militar, é pouco provável que a Ordem do Hospital tenha encontrado espaço para tal transição em períodos anteriores. Como indicam os estudos de Luis García-Guijarro Ramos, em 1126, os Hospitalários contam com a presença de um comandante supremo na ordem, mas isso significava apenas que possuíam cavalos e estrebarias, e não um contingente propriamente militar. A guarda dos castelos surge como um argumento mais contundente.

Em 1136, o rei de Jerusalém, Fulque, confiou a proteção do castelo de Bethgibelin, ao sul da Palestina, diretamente aos Hospitalários, no intuito de deter o avanço das forças muçulmanas. Em 1142, o conde de Trípoli lhes doou o castelo do Crac, que viria a se tornar uma das fortalezas mais formidáveis no Oriente. A despeito da qualidade militar inerente das construções, tratava-se de uma instituição de caridade, e era característica do Hospital a solicitação pelo rei, bem como pelos cônegos do Santo Sepulcro, a participar da defesa do reino (GARCÍA-GUIJARROS RAMOS, 1998, p. 293-296)

Outras evidências sugerem o caráter militarizado da ordem. Seu envolvimento em uma divisão de espólios com o Conde de Trípoli entre 1142 e 1144, assim como o direito de determinar tréguas com as forças muçulmanas sem o consentimento prévio do Conde, parece implicar em um considerável papel militar à época. Seja como for, seu Estatuto de 1181 é o primeiro documento a incluir o termo "irmãos de armas" e dispor a primeira menção oficial e específica à sua atividade bélica, prevendo um dia dividido em orações e discussões acerca de assuntos religiosos, e exercícios de recreação, manutenção física, trabalho e treinamento marcial. Os irmãos de armas foram diferenciados por nascimento nobre e comum, embora não houvesse diferença prática entre ambos.

Havia uma grande quantidade de elogios ao Hospital por sua assistência a doentes e miseráveis, mas a maior concentração destes elogios está registrada na parcialidade das cartas de doação. Não raramente os próprios membros das ordens militares conduziam elogios uns aos outros, oficializando sua "santidade pessoal". Oposta a isso, havia uma crença bastante difundida entre o clero: como as ordens derramavam sangue, e não conseguiam manter vigílias tão constantemente como as demais ordens religiosas, sua militarização implicava em inferioridade, embora ainda fosse superior à dinâmica dos leigos comuns.

Assim, sempre que um irmão pedia autorização papal para transferir-se da guerra para a oração, o papa a concedia de bom grado. No Hospital, essa tensão assistencialista evidenciou ainda mais a natureza de suas funções militares no entre as décadas de 1140 e 1160. Ao decidir focar-se em Damasco, a Segunda Cruzada, de 1148, foi um fracasso total. Raimundo de Le Puy, então líder dos Hospitalários, compartilhou desta decisão fatal, e a incapacidade de tomar a cidade com a consequente perda do Exército cruzado trouxe um fim

ignominioso para a empreitada. Muitos inclusive culpavam os Hospitalários pelo fracasso da Cruzada. Em 1158 Auger de Balben sucedeu a Raimundo de Le Puy e adotou o título de "Grão-Mestre", a exemplo dos Templários.

Não obstante, ao final da década seguinte, a Ordem quase foi reduzida à falência em virtude de seu pesado envolvimento na contenção de campanhas egípcias em Jerusalém, onde emprestou mais de quinhentos cavaleiros e tropas mercenárias ao empreendimento cruzado. Sem condenar a integridade da Guerra Santa, o Papa Alexandre III (1159-1181) chegou instruir os Hospitalários a desistirem da luta e permanecerem em suas vocações originais, seguindo os costumes estabelecidos por seus antepassados e promovendo o amor e a misericórdia para com os pobres. Em outras palavras, servir aos pobres e doentes era espiritualmente superior a defendê-los com braços e armas.

Ademais, o Hospital recorrentemente recebia doações de toda natureza, ao contrário do Templo. Convenientemente, os leigos não tinham receio em aprovar os novos tipos de ordens religiosas. Em meados de 1130, uma Laureta deu tudo que possuía na vila de Douzens (no extremo sul da França) para “os cavaleiros de Jerusalém”, “corajosos seguidores do evangelho” que diariamente travavam conflitos contra os ímpios que tentavam “destruir as leis de Deus e seus respectivos seguidores”. Assumindo a legitimidade desta doação, ela claramente acreditava que os irmãos do Hospital estavam lutando batalhas em nome de Cristo, e que portanto justificavam-se como cavaleiros em Seu nome. Por volta da mesma época, Roger, visconde de Béziers, doou uma aldeia aos “irmãos que lutavam por Deus ao guardar e defender a cidade santa de Jerusalém”.

Ainda que não sejam precisas no que concerne a motivos específicos, numerosas outras cartas indicam que a maior parte dos doadores realmente acreditava na virtude monástica de seus beneficiados, sobretudo pela proximidade que cultivavam entre eles. As propriedades dos Hospitalários foram originalmente conferidas pela generosidade de reis, príncipes e demais influências políticas para a defesa da terra em devoção piedosa, e acreditava-se que milhares de homens, física e economicamente fortes, poderiam ser permanentemente estacionados na Terra Santa ao ocupá-las. A afirmação comum era a de que estes rendimentos seriam suficientes para recuperar a Terra Santa e futuramente preservá-la contra outras incursões inimigas, enquanto os guerreiros de Cristo humildemente aguardariam sua recompensa em devoção a Deus.

Contudo, a Igreja começou a perceber que as ordens militares não estavam usando sua riqueza neste sentido, tornando-se orgulhosas e mesquinhas e distanciando-se de sua vocação religiosa. Em meados do século XIII, as Ordens Militares tinham praticamente se organizado em repúblicas de si mesmas. A ganância e as intrigas seriam prováveis motivos para que Deus permitisse sua derrota em muitos momentos decisivos. O Hospital não apareceu em tais críticas até meados de 1220. Não necessariamente por ser mais virtuoso, mas provavelmente porque demorou mais do que o Templo para desenvolver uma imagem estereotipada aos olhos do público.

Em uma canção escrita pelo trovador Peire Cardenal, em 1222, criticando a toda a sociedade, os Hospitalários foram condenados por sua ganância e orgulho. Hugh, senhor de Berze, elogiou o auto-sacrifício dos Templários e Hospitalários, mas foi um dos muitos a criticar suas constantes brigas internas por poder e propriedades. O Papa Gregório X, em repreensão ao Hospital acerca deste assunto, destacou tais querelas como prejudiciais à Terra Santa, sendo elas diretamente responsáveis por minarem os propósitos militares e irritarem a Deus. Após a perda definitiva do Acre, em 1291, o Papa Nicolau IV, sugeriu que as rugas entre as ordens tinha sido um fator elementar para a derrota da cristandade, o que foi apoiado por muitos poetas, cronistas e demais religiosos.

A despeito das garantias de terras e privilégios, não é precisa a data em que os Hospitalários assumiram, de fato, seu caráter bélico. Documentos de 1136 a 1143 mencionam doações de armamentos e cavalos aos hospitais franceses e espanhóis, ainda que essas doações possam ter sido destinadas aos servos da Ordem e não à própria irmandade. Em meados dos séculos XII e XIII, as ordens militares assumiram uma posição crucial nos processos de reconquista, e em alguns destes processos a Ordem dos Hospitalários é anterior à dos Templários, sendo lembrada por tomar parte em muitas investidas e cercos. Presumivelmente pelo pioneirismo, os Templários eram primariamente vistos como sendo mais importantes do que os Hospitalários. Escritos relatam ocasionais proezas hospitalárias, mas são breves e humildes.

Por exemplo, Ralph de Diss, decano da catedral de São Paulo na Londres de meados do século XII, registrou a batalha entre o Rei Balduíno IV e Saladino como um feito predominantemente Templário, ainda que seja sabido que Balduíno contou com um expressivo contingente hospitalário durante o conflito. Mais uma vez, em maio de 1187, Templários e Hospitalários travaram uma batalha contra as forças de Saladino nos arredores de Nazaré, mas ao Hospital não foi reservado qualquer relato particular (sabe-se apenas que, após a queda de Acre, os Hospitalários foram forçados a re-estabelecer a sua instituição no castelo de Margat). O “Peregrinorum Itinerarium” (o “Relato dos Peregrinos”) elogia a proeza templária, (comparando-a aos feitos de São Jorge) e a crônica atribuída ao supracitado Ernoul, um escudeiro na Terra Santa, apenas menciona que um dos mestres do Hospital foi morto em batalha (sem descrevê-la). Obras acerca da captura da Terra Santa por Saladino brevemente apontam os Hospitalários como guerreiros bravos e habilidosos, mas as crônicas estão longe de atribuírem especificidades relevantes.

Quando os escritores pretendiam romantizar ou escandalizar determinada atividade militar, eles eram mais propensos a usar os Templários, cuja campanha era mais assimilável e menos “crua” do que a que se desenvolvia no interior de uma instituição hospitalária. Este continuou a ser o caso ao longo do século XIII. Embora pela Quinta Cruzada (1217-1221) autores tenham dito muito mais sobre os feitos dos Hospitalários, os Templários ainda dominam espaço. Presente à cruzada, Oliver, professor da Catedral de Cologne, nos diz muito sobre a presença do Hospitalário nesta batalha, mas o detalhamento ironicamente está em sua covardia. De uma forma geral, até a perda definitiva do Acre para os muçulmanos em 1291, as outras ordens militares não conquistaram foco algum.

Não obstante, esta última batalha comumente tem como fator decisivo a morte do mestre do Templo, quando as crônicas a apontam como desencadeadora da queda da cidade. Segundo Helen Nicholson (1998), a melhor leitura do desastre, no entanto, está na “De excidio urbis Acconis” (“A destruição da cidade de Acre”), que nos inclina a uma visão diferente dos acontecimentos. Segundo ela, o mestre do Templo e os seus homens chegaram tarde ao combate, e pouco conquistaram. O verdadeiro herói da resistência presumivelmente foi o irmão Mateus de Claremont, marechal do Hospital, que teria destemidamente corrido em meio às tropas atirando inúmeros infiéis ao chão, até ser atingido por uma lança inimiga e finalmente “entregar-se a seu Criador”. “De excidio urbis Acconis” considera que os Templários estavam mais interessados em difamar os verdadeiros heróis Hospitalários e pilhar a cidade, do que efetivamente protegê-la. Isso é fundamental na compreensão do motivo pelo qual Filipe IV da França puniu severamente os Templários no pós-conflito, enquanto o Hospital escapou ileso.

Entre as décadas de 1110 e 1290, não houve muita dúvida concernente ao fato de que a Ordem dos Hospitalários realmente serviu a Cristo. Apenas uma vez durante este período um papa movimentou-se de forma a sugerir que alguns dos Hospitalários eram culpados de

heresia, e a acusação não foi elaborada, muito menos repetida. A Ordem militar jamais foi acusada de abdicar de suas crenças religiosas, ao menos não em totalidade. Embora tenha havido muitas críticas tangentes ao problema da ganância antes da fé, ainda havia redenção.

Após a perda definitiva do Acre, quando o Papa Nicolau IV pediu por sugestões de como a Terra Santa poderia ser recuperada, seus bispos fizeram inúmeros levantamentos sobre formas alternativas de reforma para a Ordem, no intuito de torná-la mais eficiente nessa recuperação. Não houve sugestões acerca de sua abolição total. O potencial de sua maleabilidade seria mais do que suficiente para solidificar o embate com o Islã. Enquanto o tesouro e a expansividade hospitalária rumavam ao zênite, as conquistas de seus “arqui-rivais” do Templo estavam em decadência. Quase todos os Templários se refugiaram na França, onde, em 1312, o Rei Felipe impôs a sua supressão por razões de blasfêmia e heresia (SEWARD, 1972, p. 160-161).

Conclusão

Embora seja anterior à Primeira Cruzada, a Ordem do Hospital foi dinamizada para auxiliar os milhares de peregrinos feridos e doentes ao longo do caminho à Terra Santa, principalmente durante o século XI. Suas origens assistencialistas confundem-se à história da própria peregrinação, e a legitimidade de sua atividade caritativa não raramente é buscada em textos bíblicos e através do reconhecimento papal. Sua vocação militar, nublada em algum lugar entre a obrigatoriedade de seu amparo médico e a defesa da fé, não foi admitida em facilidade – principalmente quando debatida no âmbito religioso. Desenvolveu-se gradativamente como uma extensão da assistência prestada aos necessitados e, por volta do século XIII, quando a belicosidade da Terra Santa tornou-se óbvia a todas as esferas administrativas, amadureceu como foco principal de sua atividade, assegurando o seu prestígio, influência e viabilidade econômica. Seu conceito permaneceu inquestionável, e a ela era reservada a liderança de muitos processos de reconquista da santidade que há tanto tempo lutava para proteger. Ao longo do milênio, a Ordem de São João tornou-se um exemplo prático de profunda adaptabilidade organizacional. Sua história é a marca do ajuste à finalidade da realidade geopolítica e espiritual em que se encontrava. Em contraste com a Ordem dos Templários, foi a eficácia com a qual o Hospital comprometeu-se presentemente à sua missão que o tornou muito mais dinâmico, e não apenas a sua pompa ancestral. Como Gerardo, seu provável fundador, previu em meados de 1070, a instituição duraria até quando Deus estivesse inclinado a escolher pessoas dispostas a tornar o sofrimento mundano mais leve e mais suportável.

Referências

A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1995.

DEMURGER, Alain. Os cavaleiros de Cristo: templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na Idade Média (séculos XI – XVI). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editor, 2002.

FOREY, A. J. Novitiate and instruction in the military orders during the twelfth and thirteenth centuries. In: SPECULUM, Vol. 61, nº 1, 1986, p. 1-17.

FOREY, A. J. Military orders from the twelfth to the early fourteenth century. London: Macmillan, 1991.

GARCÍA, Florencio Huerta; FERNÁNDEZ, Nieves Esther Muela; CAMPOS, Irene Poveda de. Herencia y la Orden de San Juan (siglos XIII - XX). Ciudad Real, 1991.

GARCÍA-GUIJARROS RAMOS, Luis. La militarización de la Orden del Hospital: líneas para un debate. In: Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares, Vol. 2. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 1998, p. 293-302.

GARCÍA-GUIJARROS RAMOS, Luis. Papado, cruzadas y órdenes militares: siglos XI – XIII. Madrid: Cátedra, 1995.

NICHOLSON, Helen. The Knights Hospitaller. Woodbridge: The Boydell Press, 2001.

NICOLLE, David. Knights of Jerusalem: the crusading Order of Hospitallers 1100-1565. Oxford: Osprey Publishing, 2008.

PALENZUELA, Vicente Ángel Álvarez. El Cister y las órdenes militares en El impulso hacia oriente. Universidad Autónoma de Madrid: Cuadernos de Historia Medieval Secc. Miscelánea, 1, 1998, p. 3-18.

RILEY-SMITH, J. Hospitallers: the history of the Orders of St. John. London/New York: Continuum Publishing, 1999.

SEWARD, Desmond. The Monks of War. Londres, Eyre Methuen: 1972.

SIRE, H. J. A. The Knights of Malta. New Haven e Londres: Yale University Press, 2005.

SMITH, Harrison. Order of Saint John of Jerusalem. Delft: Akker Print, Delft, 1977.